

“ANTECEDENTES URBANÍSTICOS” NA PARAHYBA

Maria Cecília Fernandes de Almeida

Resumo

Neste trabalho nós nos interessamos pelos artigos sobre a cidade publicados na imprensa de fins do século XIX, onde o texto “Melhoramentos da capital da Parahyna”, um estudo sobre esta cidade, de autoria de o engenheiro militar João de Oliveira Cruz, de conteúdo reivindicador da estrutura citadina, é tomado como objeto central de análise. Nesse texto nós observamos a ação de profissionais sobre a cidade oitocentista, em interlocução com a elite urbana através da imprensa, a partir do qual buscamos identificar as contribuições dessa relação na formação do urbanismo brasileiro. Nele nós identificamos algumas ideias que circulam nesse “campo”(champ) profissional e buscamos, através do exemplo paraibano, detectar alguns elementos algumas vezes vistos como “antecedentes urbanísticos”, num momento “nebuloso”, onde as profissões se reestruturam, diversos atores redefinem suas redes de relações e a imprensa assume um papel ativo na reorganização social e urbana de novos tempos.

Palavras-chave: Imprensa, cidade, pensamento urbano, séculos XIX e XX, profissão.

Introdução

“O anno derradeiro foi o anno em que mais se abriram novas ruas e novas avenidas nesta capital. Em numero realmente consideravel. Até egrejas fôram postas abaixo para dar lugar ao espaço das praças confortáveis”(Vidal, 1925, sp).

Com essas palavras Adhemar Vidal faz circular na revista *Era Nova* a renovação pela qual a atual João Pessoa, então Parahyba, passava nas primeiras décadas do século XX. Tratava-se da renovação do espaço urbano através de obras públicas e da instituição de novos hábitos, como anuncia inclusive o título da revista onde sua crônica é publicada. Assim como grande parte das cidades brasileiras neste período, esta capital intensifica suas intervenções urbanas no início do século XX, principalmente entre 1910 e 1920, período conhecido como “primeiro ciclo de urbanização” desta capital (Almeida, 2006).

Nesse trecho de sua crônica, Vidal enfatiza as modificações físicas que essas obras trazem, “novas ruas e novas avenidas”, e expõe a renovação dos usos desses espaços, visíveis na troca de “egrejas” por “praças confortáveis”. Essas observações revelam novos atores e diversas “forças” da construção dos espaços segundo novos interesses e necessidades (econômicas, de diminuir distâncias, de facilitar trocas, de especializar os lugares, etc.), inclusive com a supremacia do espaço laico em relação aos associados à Igreja, como os largos que dão lugar às praças.

As reformas ocorridas na primeira metade do século XX na capital paraibana são amplamente testemunhadas em jornais e revistas locais, sobretudo nos veículos *Era Nova*, *A União* e *Gazeta da Parahyba*. Revela-se uma melhoria para cidade, trazendo grande expectativa aos moradores, mesmo que essa visão não fosse unânime : “*A praça Venâncio Neiva é um cartaz. Um grande cartaz luminoso que o progresso bataclanizou, coloriu, encheu de sol e de tintas varias, com a mesma inspiração tumultuada de um pintor impressionista*” (Danizio, 1925b,s/p).

Apesar do “rebuliço” que algumas obras traziam à cidade, transformando-a em um canteiro de obras, a repercussão positiva das intervenções, mesmo durante as obras, é uma característica marcante dos testemunhos sobre a cidade da primeira metade do século XX. Por exemplo, na transformação da Lagoa dos Irerês no Parque Solon de Lucena (Almeida, 2011), esse espaço antes repudiado passa a ser visto como “*um conjunto empolgante digno de uma urbs moderna que tem ânsia de embelezar-se, crescer e ter mais intensa vida*” (Com a inauguração, 1940, p.3).

Algumas décadas antes, em fins do século XIX, o discurso na imprensa local apresentava outros contornos: crítica às características da cidade, reivindicações por melhorias da sua estrutura e esclarecimentos da importância de cada serviço solicitado. Esses textos nos indicam a comunicação entre “profissionais do espaço urbano” e parte da população, referente à configuração da cidade em diversos aspectos. Trabalhos elaborados para publicações em jornais locais e não mais restritos a documentos oficiais ou revistas científicas ampliam o debate sobre a cidade de fins do oitocentos, levando o tema para o leitor.

Nesse sentido, vemos a imprensa como um veículo usado para mobilização de parte da população. Ela dirige-se aos cidadãos letrados, uma elite interessada nas atualidades, leitores de jornais e capazes de se posicionarem publicamente em relação às reivindicações, inclusive apoiando-as. Essa elite tem importante papel na cidade do século XIX no Brasil, assim como na Europa, estimulando o controle do crescimento urbano, a criação de novas regras, a implantação de novas estruturas e o surgimento de novas profissões. Nada disso é portanto gerado espontaneamente, mas através de um longo processo, cheio de embates.

A leitura de trechos de jornais e revistas desses dois períodos (fins do século XIX e início do XX) nos permite visualizar a relação desses profissionais com essa elite. Enquanto no século

XIX nos deparamos com textos esclarecedores de profissionais, no intuito de persuasão e convencimento face a uma certa resistência da população à adoção de novos

elementos urbanos, no século seguinte encontramos o crescente apoio e contentamento de parte da população em relação às diferentes intervenções urbanas.

Os autores desses textos do século XIX são profissionais que se ocupavam das cidades, que no século seguinte seriam provavelmente chamados de urbanistas. Eram “fazedores de cidades” (em alusão à *Faire la ville* de Viviane Claude, ou *Les faiseurs des villes* de Thierry Paquot), práticos e profissionais de formações diversas (engenheiros, agrimensores, engenheiros-arquitetos, arquitetos, geógrafos, médicos, de acordo com o período, com o país, etc.), que compunham um quadro profissional de “relações flutuantes”, tanto no Brasil como na Europa, como mostra Viviane Claude em relação à França (Claude, 2006, p.43)¹.

Com intuito de observar a ação desses profissionais sobre a cidade oitocentista em interlocução com essa elite urbana, em busca de identificar suas contribuições para o urbanismo brasileiro assim como algumas ideias que circulavam nesse “campo” (*champ*), nós examinamos um trabalho publicado em 1889 no jornal *Gazeta da Parahyba*. Trata-se do texto “Melhoramentos da capital da Parahyba”, um estudo sobre esta capital, de conteúdo reivindicador da estrutura citadina, elaborado pelo engenheiro João de Oliveira Cruz.

A cidade na *Gazeta*: o pensamento “urbano” e a imprensa do século XIX

As características espaciais da cidade da Parahyba do século XIX é fruto de sua forma de implantação no século XVI em duas porções, cidade alta e cidade baixa, e do seu crescimento unindo essas duas partes, segundo a urbanística brasileira: do século XVII ao XVIII, guiada pela “disciplina do traçado, de regularidade e alinhamentos” (Reis 1968 p.159), onde “regularidade é a existência de repetições de determinadas características” e não o traçado geométrico do urbanismo hispano-americano, e orientado também pela regulamentação das relações entre os espaços públicos e os espaços privados que assegurava a circulação (Reis, 1999, p.30); do início do século XIX, conduzido pela regulamentação, disciplina e, de certa forma, padronização da sua arquitetura com a criação de conjuntos, revelando a preocupação com a paisagem urbana.

A crescente preocupação com a ordem da cidade oitocentista e as consequentes atuações administrativas no sentido de alterá-la constituem-se a principal pauta urbanística do século XIX. Nesse período, o aumento do preço do algodão no mercado mundial proporcionou um “novo alento à economia paraibana” (Menezes, 1985, s/p), estimulando a construção de sobrados, de conotação elitista, que altera sua configuração formal e social. A

¹ A tradução de todas as citações retiradas de textos originalmente em francês foi realizada por mim.

elite, antes instalada em seus engenhos, passa a lutar por melhoramentos no espaço urbano. O aumento populacional e a ocupação da região íngreme entre a cidade alta e a cidade baixa, segundo uma geometria orientada pela topografia, contribui para que a cidade seja alvo de críticas e de denúncias de desordem, mesmo que “nas últimas três décadas do século melhoramentos substanciais passam a fazer parte dos equipamentos da cidade” (Aguiar, 1985, p.75).

No fim da década de 1880, tais reivindicações se tornaram mais enfáticas, com forte exposição na imprensa local, o que fortalece o movimento em prol da reformulação urbana que se intensifica no início do século XX. A divulgação desses ideais torna-se mais evidente com a consolidação da imprensa local, o que leva a questão a maiores repercussões.

Em 1888, a imprensa paraibana expressa fortemente o ideal republicano, época em que se cria o jornal diário local *Gazeta da Parahyba*. Em 1826, é publicado o primeiro jornal da província. À partir de então, presencia-se por vinte anos a circulação de jornais de vida efêmera. À época da criação da *Gazeta* circulam na cidade dois jornais do partido liberal e um do conservador, extintos com a República, que por sua vez dá um “sopro de vida à *Gazeta*”. Este jornal

“não mostrava pendor por nenhum dos dois partidos monarchico[s]. Trazia sempre bons romances em folhetins, minuciosas notícias das outras províncias e do interior, críticas dos acontecimentos do dia anterior, chronica aos domingos e uma reportagem. Era, em suma, um jornal moderno, no feitio, e também no fundo, pelas suas tendências abolicionistas e republicanas”(Bezerra 1992 p.53).

Com a *Gazeta*, evidencia-se a participação da imprensa local na vida urbana, num discurso alinhado com os ideais urbanísticos de então, apontando denúncias e reivindicando melhoramentos. Se ao longo da formação desta capital, seu núcleo urbano é alvo de descrições, relatos e críticas promovidas em maior número por viajantes e governantes, encontradas em livros, diários ou documentos oficiais, o final do século XIX leva observações da cidade para parte de seus habitantes, através de jornais e revistas locais.

É provavelmente graças também à instalação da elite na cidade, concorrendo para a alteração dos elementos urbanos, como a construção de conjuntos de sobrados, para o aumento populacional, para novas reivindicações e para o aumento de leitores, que a ação de discutir a cidade nos veículos de comunicação de massa é estimulada.

Com o aumento das reivindicações acerca da organização urbana, cresce gradativamente o número de críticos que redigem pequenas notas nos veículos de comunicações locais. Em 1889, ano da proclamação da República e de grandes agitações, a aparência urbana se sobressai na *Gazeta da Paraíba*. Não apenas pequenas notas, mas extensos

artigos sobre a cidade passam a ser publicados numa sequência diária, o que dá um caráter enfático e persistente à documentação, na busca de explicitar a importância do tema. A *Monographia da Cidade da Parahyba* e a coluna *Melhoramentos da capital paraibana*, ambas publicadas no jornal *Gazeta da Parahyba* em 1889, reúnem em si um conjunto de preocupações que há tempos permeavam a vida urbana paraibana, animando um discurso rumo às grandes intervenções que marcam o século XX.

A Parahyba das sete necessidades

Publicada em janeiro e fevereiro de 1889, a série de vinte e um de artigos intitulados *Melhoramentos da Capital Paraibana*, de autoria do engenheiro militar João Claudino de Oliveira Cruz, dá um panorama da cidade e alerta o leitor para sua situação sanitária considerada como precária, apontando a urgência de sete medidas necessárias à “*vida saudável e confortável*”.(CRUZ, 5 fev. 1889, p.1)

Nascido no ano de 1850, João Claudino de Oliveira Cruz ingressa no exército em 1869, faz o curso de engenharia militar pelo regulamento de 1874, é bacharel em matemática e ciências físicas, tenente-coronel do corpo de engenharia e exerce o cargo de diretor das obras militares de Pernambuco. Escreve a obra “*Guia de construções*” (Recife, 1894), onde ocupa-se de regras e preceitos (Blake, 1895, p.397).

Na Parahyba, após a proclamação da República, ele tem participação na organização da cidade como engenheiro e como militar. Desenvolve um trabalho de análise da infraestrutura da cidade (1889), com o intuito de criar as bases para a realização de melhoramentos, seja pela identificação de necessidades, seja pela conscientização deles junto à população, num processo de reivindicações de melhorias. Ele foi o engenheiro de obras da construção do Teatro Santa Roza, inaugurado em 1889, e provavelmente autor do seu projeto (Serroni, 2002, p.100). Neste mesmo ano foi membro da Junta Governativa, composta por dez membros que governam o estado de novembro a dezembro do mesmo ano, tornando-se administrador provisório por seis dias.

Esses exemplos mostram seu engajamento na cidade tanto no âmbito técnico como administrativo, mesmo que de curta atuação política. Sua ação profissional mostra também a circulação de profissionais e de ideias entre os estados de Pernambuco e da Paraíba, o que seguirá no século seguinte, inclusive com a intervenção de profissionais de outras regiões concomitantemente nas duas capitais, como ocorre com Saturnino de Brito na década de 1910 e Nestor de Figueiredo na década de 1930.

O trabalho de Cruz, *“escripto expressamente para a Gazeta da Parahyba”* (Cruz, 05 fev. 1889, p.2), dispõe de linguagem clara e é publicado em fascículos, tornando-se acessível aos leigos leitores, mesmo tratando com relativa profundidade de assuntos específicos como abastecimento d’água, saneamento, iluminação e artes. Ele apresenta uma descrição da cidade, apontando o que julga como qualidades naturais, às quais ele contrapõe as deficiências por ele identificadas. Propõe melhoramentos, apresentando sempre uma solução, ao seu ver ideal, seguida de medidas alternativas, menos eficientes porém mais acessíveis. Cada solução abordada é ilustrada com exemplos de outras cidades e suas vantagens, apresentando discursos e atuações de profissionais especializados, sejam nacionais ou internacionais, a partir dos quais busca legitimar suas proposições.

Enumeradas algumas riquezas locais presentes da natureza, que *“caprichando forneço-lhe poderosos elementos”*, o autor revela as deficiências locais segundo um tom conclusivo de que o leitor concorda com seu raciocínio. Essa postura, juntamente com a linguagem acessível, mesmo tratando de questões até então mais restritas ao âmbito administrativo, técnico ou relatos pessoais de observadores externos, mostra a relevância inovadora dessa fonte, que busca incluir parte da população no processo de melhoramentos na cidade, obtendo seu apoio:

“O distincto povo parahybano que tão bem comprehende a serie de melhoramentos que podem tornar prolongada e feliz a vida humana, não pode deixar de curtir intimamente a dôr que lhe dilacera, por ver o abandono em que jaz a terra ...” (...) *“Como se vê está a cidade da Parahyba do Norte mais que predestinada a receber todos os melhoramentos hoje notados nas regiões mais civilizadas do globo. Uma unica causa poderia procurar obstar esses melhoramentos, e essa é a descrença de uma parte da população. (...) Precisamos portanto vencer esse obstaculo e torna uma realidade o que para muitos é considerado uma verdadeira utopia”* (Cruz, 09 jan. 1889, p.3).

O engenheiro mostra essa cidade como uma *“boa terra”* onde tudo faltava, *“até mesmo os principaes elementos da vida, isto é, o ar, a água e a luz [que] apresentam-se deficientes às necessidades do povo”*. Ele ressalta os problemas mais urgentes, enumerando sete principais segundo uma ordem de importância por ele instituída. Trata-se sobretudo de elementos de infraestrutura sanitária e de equipamentos que orientam os usos de espaços urbanos: *“abastecimento d’agua potável, canalisação de esgoto das materias fecaes e aguas servidas, limpeza publica, adopção de um systema aperfeiçoado de illuminação, construcção de um theatro, construcção de carris de ferro e Jardim Publico”* (Cruz, 09 jan. 1889, p.3) .

Quanto ao abastecimento d’água aplicado em 1889, o engenheiro o taxa de inexistente, pois *“a água obtida mal chega para as primeiras necessidade da vida, sendo, senão no*

todo, ao menos em parte, prejudicada a hygiene da população". Outro fator é o elevado preço pelo qual essa água é adquirida que, além de limitar o número de consumidores, não é condizente com sua qualidade, pois *"extrahida de poços ou cacimbas situadas em lugares diversos, onde não só em relação à constituição dos terrenos que formam o seu leito, como pela falta de cuidado de alguns de seus proprietários, não podem por forma alguma preencher as condições exigidas ás aguas potaveis"*. Assim, segundo o engenheiro, a água distribuída nessa capital, por se encontrar por vezes repleta de matérias orgânicas, constitui-se *"verdadeiro veneno que se vae inocular no organismo do povo e produzir-lhe desastrosos efeitos"* (Cruz, 10 jan. 1889, p.3).

Ao explicar as consequências da qualidade da água, ele faz emergir a questão dos diversos profissionais que se ocupam da cidade e as atividades "cabíveis" a cada um deles. Encontramos em suas palavras alguns "conflitos" do campo de ação da engenharia sanitária da época, onde médicos e engenheiros disputam pelas atribuições na intervenção do espaço urbano. Reconhecendo o papel dos médicos no pensamento e na ação urbana desse período, ele pede-lhes *"permissão (...) para no decorrer deste trabalho falar algumas vezes nos principios da hygiene"*, ao mesmo tempo que busca afirmar também seu papel nesse campo profissional: *"Reconheço ser essa questão importante que só poderia ser discutida pelos distintos medicos do lugar; mas, como engenheiro, é também do meu dever ocupar-me com a hygiene do povo..."* (Cruz, 10 jan. 1889, p.3). Sua postura revela a *"nébuleuse"* (Topalov, 1999), tensões, reestruturações, negociações e adequações que englobam as cidades na passagem do século XIX ao XX. Nela vemos o posicionamento de engenheiros e médicos face ao higienismo, às novas necessidades urbanas e às novas formas de respondê-las, mas também diante de interesses sociais, econômicos, científicos, políticos e inclusive profissionais.

Concluída a explanação acerca das condições de abastecimento d'água da capital paraibana, o engenheiro apresenta as possibilidades de novos sistemas para atender essa necessidade. Nele encontramos também a tensão entre vários interesses: o de incluir sistemas mais atuais de abastecimento, cuja legitimidade é embasada no sucesso da operação nas cidades que os adotam, em geral grandes capitais internacionais; os dos proprietários das cacimbas que se opõem a realizar melhorias assim como à inserção de novos sistemas; ao eventual interesse de empresas para instalação de novos equipamentos, mediante participação da província, como proposto pelo engenheiro - *"Isenção de direitos, collocação de agua obrigatoria nos predios; concessão de um praso longo, prohibição da venda de agua nas cacimbas e outras vantagens que possão despertar o enteresse dos emprehdores"* (Cruz, 13 jan. 1889, p.1); e ainda a resistência da população face à proposta de elementos ainda não familiares, o que o faz buscar vencer o "preconceito", denunciado pela *"repugnancia que muitos [tinham] da*

introdução da canalização d'água na cidade", combatido pelo engenheiro por um discurso que leva os leitores à reflexão das "*vantagens que est[avam] gosando tantas cidades do mundo*" (Cruz, 10 jan. 1889, p.3).

Enumeradas diversas vantagens a respeito da implantação do sistema de abastecimento d'água da capital, - economia, evitar desgaste físico dos que buscam a água, conveniência de não juntar águas de chuva, etc - é claro o interesse em influir com esse serviço nos hábitos da população, também apresentado como incentivo à "*hygiene dos habitantes*" (Cruz, 12 jan. 1889, p.2). Como conveniência, ele apresenta a possibilidade de utilização da água a qualquer hora do dia ou da noite, além de evitar, com a construção de banheiros e tanques nas casas, o uso de fontes e demais áreas públicas para esses tipos de práticas. Essa inovação interfere na configuração da casa e da rua, pela alteração de uma série de atividades até então realizadas no espaço urbano, refletindo na paisagem da cidade, inclusive pelas formas de apropriação de seus espaços.

Buscando apresentar a viabilidade da implantação desse serviço no local, o engenheiro apresenta os mananciais que podem ser usados para este fim, as medidas de incentivo que devem ser apresentadas por parte da administração, estimando ainda a quantia de água necessária à cidade.

Em relação à "*canalização de esgoto das materias fecáes e aguas servidas*" (Cruz, 14 jan. 1889, p.3), o engenheiro elabora um discurso semelhante ao apresentado para o abastecimento de água. Ele aponta as deficiências no tratamento dessa questão, ressaltando inclusive suas consequências, muitas vezes desconhecidas pela população. Trata-se de um trabalho de conscientização da "*questão urbana*", num claro intuito de difundir junto à população os discursos então em circulação entre administradores, médicos e engenheiros. Afirmando "*que o peor systema de despejo de materia fécal que pode haver é o empregado nesta cidade*" (Cruz, 17 jan. 1889, p.2), ele vai além da denúncia. Explica os processos de decomposição das matérias e sua interferência na saúde pública, marcando seu discurso com o tom informativo e esclarecedor, analisando as estruturas em uso na cidade, suas consequências e as vantagens da implantação do novo sistema.

Para legitimar suas proposições, ele se apoia novamente em discursos externos, tanto retirados de jornais ingleses, a exemplo das observações feitas pelo Sr. Haldane em Bristol, quanto da capital federal, como o discurso do engenheiro Monteiro de Barros, fiscal do governo junto à companhia *City Improvements*, ao tratar dos melhoramentos do sistema de esgoto do Rio de Janeiro. Ele usa ainda artigos da imprensa de outros estados brasileiros e também de revistas científicas, como a *Revista dos Construtores*, publicada no Rio de Janeiro.

Com esse material, ele compara sua leitura da capital paraibana com o “*progresso das nações cultas*” (Cruz, 09 jan. 1889, p.3).

Nesse momento, a capital paraibana não dispõe de encanamento para o escoamento das águas servidas, o que não justifica, segundo o engenheiro, “*o facto de serem ditas aguas levadas para ruas e quintaes*” uma “*grande falta de observancia aos principios da hygiene*”, facilitando “*a decomposição de materias animaes e vegetaes que [contém na] mistura: d’ahi o desprendimento de miasmas que saturam a atmospheria e, por conseguinte, prejudicam o ar que se respira*” (Cruz, 17 jan. 1889, p.2). Ele apresenta a implantação do sistema de esgotos como principal solução para reverter esse quadro, o que não julga de todo dispendioso, graças às características naturais locais, pela ajuda da natureza que dota a cidade de um “*solo elevado, conte[ndo] natural declive que permite o estabelecimento de uma rede de encanamentos destinada a receber todas as materias, e aguas servidas que são despejadas pelos prédios*” (Cruz, 17 jan. 1889, p.2).

Em complemento a esse serviço, o engenheiro reivindica a limpeza pública em combate ao “*aspecto tristonho que apresenta a accumulção do lixo nos recantos das egrejas, nas sargêtas, das ruas até nas mais publicas*”. Na ausência completa de um serviço de limpeza pública, o único fator que ameniza o crítico estado da cidade é “*a continua corrente de ar que a lava, pode-se dizer, sem interrupção*”. Diante dessa realidade, ele reivindica, “*a exemplo do que se pratica em tantas cidades do mundo, (...) um completo serviço de limpêza publica*”, podendo ser realizado por “*algumas carroças que recebem o lixo das casas, e um saveiro que o conduz para longe da cidade*”. Esse serviço pode ser feito por uma companhia, como ocorria, segundo o autor, na capital federal, assim como poderia ser executado pela câmara municipal. (Cruz, 18 jan. 1889, p.2).

Para ele, a limpeza urbana também está relacionada às características naturais da cidade, onde terrenos pantanosos e com concentração perene de água, a exemplo da Lagoa dos Irerês, devem sofrer intervenções, como sua proposta de aterramento da mesma. Referente a essa lagoa, o engenheiro a condena, baseado no discurso higienista. Ele afirma não ser uma lagoa natural, mas um local de acúmulo de água na estação invernos, reforçado por decisões tomadas anteriormente para a drenagem das águas pluviais da cidade, sistema amplamente criticado pelo engenheiro.

“A porção d’água que alli fica depositada por algum tempo, deve-se somente a impericia ou ao pouco interesse que tomaram por essa cidade, quando trataram de canalisar as aguas pluviaes que cahem nas ruas da cidade alta. Por ser mais econômico ou menos trabalhoso, entenderam dever fazel-as convergir para uma bacia existente em terrenos pertencentes à cidade alta. Para isso uma grande galeria atravessando diversas ruas, dela

recebe todas as aguas produzidas pelas chuvas e vae despejar no lugar mencionado, constituindo um grande lago que mais tarde desaparece pela cessação da estação invernososa". (Cruz, 19 jan. 1889, p.2)

O engenheiro condena essa Lagoa e propõe *"desviar as aguas pluviaes para a cidade baixa ou para outro ponto onde elas possam facilmente escoar"* (Cruz, 19 jan. 1889, p.2). No entanto, tratava-se de um sistema pluvial pensado e posto em prática anteriormente nesta cidade. Vinte anos mais tarde, o engenheiro Saturnino de Brito vai elaborar um projeto de saneamento para essa cidade, sem rejeitar esse espaço, mas conservando-o como reservatório das águas pluviais de onde estas são direcionadas para o rio Sahauá. Ele o transforma no Parque Solon de Lucena, um dos atuais *"cartões portais"* da cidade. Esse espaço tem sua trajetória vinculada à história dessa capital, revelando diversas etapas do pensamento urbano praticado nessa capital, inclusive as críticas à cidade oitocentista, apesar de sua função no cotidiano citadino em diferentes momentos da história da cidade (Almeida, 2006).

Se esses três primeiros pontos – serviços de abastecimento d'água, de canalização de esgoto e de limpeza pública - apontados por João Claudino como urgentes à cidade, buscam alterar a infraestrutura da cidade baseando-se em princípios higienistas, os últimos pontos das sete necessidades por ele elencadas – iluminação, teatro, carris de ferro e jardim público - relacionam-se mais diretamente aos hábitos e à forma de vivenciar os espaços da cidade. Mais uma vez o engenheiro apresenta cidades que desfrutam de tais serviços, especulando a renovação que eles podem proporcionar à vida na capital paraibana. Nesse sentido, as últimas necessidades são apresentadas como *"medidas civilizadoras"* relacionadas à transformação do uso do espaço urbano, num discurso que instiga a população a desejá-las.

Quanto à iluminação, ele condena os *"antepassados lampeões de keroses"* paraibanos, *"realmente para lamentar"* quando comparados à iluminação da estrada de ferro P.II e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, únicos exemplos brasileiros de uso de energia elétrica apresentados pelo autor, além da luta de outros estados para a implantação do novo sistema, como em Alagoas, até então sem resultados concretos (Cruz, 21 jan. 1889, p.2).

Considerando o teatro como o local *"onde a educação se eleva"*, ele o associa ao crescimento cultural da população. A inclusão do teatro como uma necessidade maior pode estar também vinculada à participação anterior do engenheiro na construção de vários teatros. Para defender essa ideia, ele apresenta um histórico dos teatros, de Roma ao Brasil, principalmente do Rio de Janeiro. Considerando o teatro então existente na Parahyba *"um edificio destinado a servir de teatro"* e não *"um verdadeiro templo das artes"*, ele defende a

importância desse equipamento “*para honrar essa illustrada sociedade*” (Cruz, 22 jan. 1889, p.3). Mesmo sem ser uma das primeiras necessidades apontadas, é certamente uma das mais rapidamente realizadas. No mesmo ano inaugura-se o *Teatro Santa Roza*, cujas obras são dirigidas por ele.

O discurso em favor da implantação dos carris de ferro é baseado na praticidade do sistema e na sua necessidade visto a tendência do crescimento da cidade, também assimilado ao “*progresso*”. Mais uma vez, ele tenta convencer os leitores, apresentando a postura de parte da população como empecilho para tais realizações. Ele leva o leitor à concordar com ele e a mobilizar-se nessa luta: “*Precisamos, portanto, mais uma vez, vencer a repugnancia dos atrasos, e convencel-os de que suas erradas opinões não podem nem nunca poderão abafar o brado de uma medida civilisadora*” (Cruz, 23 jan. 1889, p.2).

A última de suas sete necessidades é anunciada devido a falta de “*meios de recreo para o povo*” na cidade que “*nem ao menos tem um jardim em condições de tornar-se um verdadeiro logradouro publico*”. No entanto, entre 1879 e 1881 havia-se construído um Jardim Público, descrito por Cruz como “*uma pequena plantação de palmeiras formando duas ruas que se cruzam*”, “*tão impropriamente chamada jardim*” (Cruz, 25 jan. 1889, p.2). Essa visão pode ser confrontada com a *Monographia da cidade da Parahyba do Norte*, também publicada neste mesmo ano na *Gazeta da Parhyba*, realizada por Vicente Gomes Jardim, agrimensor dessa província. Nela, Gomes Jardim descreve fisicamente uma lista de praças, pátios, campos e largos, dos quais o Jardim Público, no Campo do Commendador Felizardo. Essa descrição revela muitos espaços herdados da cidade colonial, que se reestruturou segundo temporalidades diversas. Porém, eles não revelavam a imagem de “*progresso*” almejada pela reivindicações de João Claudino, o que não impedia, certamente, seu uso pela população.

Em seu texto, João Claudino contrapõe sistematicamente termos negativos, referentes ao tempo então presente (descaso, veneno, efeitos desastrosos, triste prejuízo, etc.), à termos positivos, associados sobretudo ao futuro almejado (progresso, povo civilizado, braço civilizador, etc.).

Sem considerar as complexidades contextuais, em seu texto poderia ser brevemente apontado quatro “*personagens*”: a cidade como vítima de falta de cuidados, o leitor esclarecido capaz de contribuir para melhorias, parte da população ignorante que cria resistências ao “*progresso*”, e o engenheiro capaz de contribuir com conhecimentos para melhorias. Nessa trama ele não questiona ou critica a administração local, por ele identificada pela “*Assembléa*”, o que é feito pela edição da *Gazeta* em conclusão à série de

artigos, ao engajar também o governo além do leitor, diante de “*trabalhos importantes que merecem aprovação*”, a “*boa vontade dos presidentes e [o] apoio público*” (Cruz, 5 fev 1889).

Diante dos pontos explorados por João Claudino, evidencia-se uma certa repetição de reivindicações anteriores, algumas que se remetem ao tempo do Presidente Beauripaire Rohan (1887) que empenhou-se, sobretudo, no nivelamento da área urbana, com o objetivo de criar as condições para implantação dos esgotos. Apesar de tratar de questões não inéditas, sua forma de abordagem, seu tom e seus argumentos e, principalmente, seu público-alvo – não mais médicos, engenheiros e administradores, mas a população – conferem ao trabalho do engenheiro um caráter inovador.

Essa postura de ampliar a “discussão urbanística” para a população faz parte do processo de criação de uma nova consciência no habitante letrado, o que é percebido pelo surgimento recorrente do termo cidadão, colocado de forma enfática nos textos dos jornais locais a partir do ano de 1889. A inserção do “cidadão” nas questões urbanas influi na configuração dos espaços urbanos, se não pela alteração de suas formas, que está mais direcionada às ações administrativas, pelos seus modos de apropriação, que passam a se alinhar com os novos ideais.

“Antecedentes urbanísticos” e reflexões sobre os “fazedores de cidades”

O texto de João Claudino sobre a cidade da Parahyba nos traz alguns elementos que estimulam reflexões sobre o pensamento urbano de modo geral, na virada do século XIX para o XX. A crítica à cidade novecentista, negando muitas vezes as contribuições anteriores em prol de uma renovação que é na realidade calcada num longo processo histórico, é uma grande característica de seu discurso. Ele nos leva a pensar em todo um percurso anterior de contribuições ao pensamento urbano, por diversas obras, pela especialização de profissões, pela criação de leis e tantos outros embates que constituem certamente ferramentas e conhecimentos que embasam seu discurso, mesmo que não evidenciados.

Ao mesmo tempo, a retomada futura de alguns elementos por ele criticados revela as temporalidades da construção da questão urbana e a impossibilidade de um pensamento linear desse processo. O sistema de drenagem pluvial da capital paraibana nos serve de exemplo: os investimentos de Beauripaire Rohan (1887) em levantamentos e primeiras obras, as críticas de João Claudino de Olivera Cruz (1889) ao sistema existente, o projeto de Saturnino de Brito (1913), que retoma parte dos princípios anteriormente adotados, e o investimento definitivo de Solon de Lucena (1920) com a execução das obras de saneamento sete anos após seu projeto, revelam algumas temporalidades desse processo.

A observação desse processo, com a adaptação de ferramentas e de profissões, de atores e de discursos em torno das cidades, revela que a aparição da palavra urbanismo nos dicionários das primeiras décadas do século XX (variando segundo o país) conclui um ciclo de evoluções e anuncia novas mudanças futuras, mas não define sua origem. (Claude, 2006, p.5). O longo processo de formação do pensamento urbano e do seu campo, a ação dos que chamamos de “*fazedores de cidades*”, na falta de um termos mais exato para designar aqueles que tinham a cidade como objeto de análise e intervenção, pensando e agindo numa “nebulosa” profissional de saberes e de atores, concorre para a gênese do que chamamos no século XX de urbanismo. Assim, longe de ser o urbanismo uma “criação” do século XX, o texto de Cruz revela um pequeno pedaço desse processo que na realidade encontra correspondência em diversos exemplos.

Mesmo se o interesse central é de denunciar a deficiência da estrutura urbana, as palavras do engenheiro João Claudino revela também algumas questões profissionais e de constituição de campos de saberes, como do pensamento higienista. Ao tentar situar o papel de médicos e engenheiros na cidade oitocentista, ele deixa transparecer o momento “*nebuloso*”, onde as profissões se reestruturam, diversos atores redefinem suas redes de relações e a imprensa assume um papel ativo na reorganização social e urbana de novos tempos. Isto evidencia que além de econômica, científica e política, as “novas questões urbanas” são também questões profissionais.

Seu texto testemunha que nesse momento as tensões, reorganizações e reestruturações profissionais em torno da cidade se fazem sentir também no Brasil oitocentista. Ele busca posicionar-se como engenheiro, entre os médicos, no “mundo higienista”, num contexto que não é apenas brasileiro, como mostra a organização institucional francesa: Em 1877 cria-se a *Société de médecine publique et d’hygiène professionnelle*, formada inicialmente por 85 à 90% de médicos, sem “*buscar seduzir engenheiros e arquitetos, mas a fazer reconhecer pela faculdade de medicina a função social dos médicos higienistas*”. Por outro lado, em 1895, cria-se “à distância do corpo médico” a *Société des ingénieurs et architectes sanitaires de France*, que não são bem vistas pelos médicos higienistas. Negociações e novas configurações do conhecimento urbano culminam na fusão desses dois grupos na *Société de médecine publique et de génie sanitaire*, fundada em 1900 (Claude, 2006 p.34).

Outro ponto que o texto de João Claudino revela é a aparição das questões urbanas na imprensa, visto que ele foi escrito para esse fim. Ele faz parte de um grupo de documentos que revelam o lugar que a questão da insalubridade nas cidades ganha na imprensa oitocentista, atravessando ao mesmo tempo os universos da ciência, da técnica, do

mundo político, dos proprietários imobiliários e do público (leitores). Em diversas situações a imprensa investiga, julga e divulga a posição dos diferentes atores. Tomando ou não partido no debate, a imprensa inclui seus leitores nas batalhas de reordenação da cidade, como fez a *Gazeta* na Parahyba, mas também como ocorre na “*bataille du tout-à-l’égout*” em Paris de fins do século XIX, quando “*a atenção do público é rapidamente direcionada à questão dos esgotos*” (Jacquement, 1979, p.509).

A imprensa se torna divulgadora dos pontos de vista científicos, num papel de despertar os leitores para diversas questões urbanas e buscar seu apoio, ao mesmo tempo que ela pode ser porta-voz de resistências à “modernização”, como por exemplo dos proprietários imobiliários e de “equipamentos urbanos”. Algumas consequências desses trabalhos de conscientização de problemas urbanos e de combate a certos usos junto à população, como o efetuado por Cruz, fazem-se sentir durante a realização das reformas brasileiras do século seguinte, que desfrutam do apoio de parte da população, como é facilmente encontrado em jornais e revistas paraibanos da primeira metade do século XX. Esse incentivo à introdução da população às “questões urbanas”, percebida mesmo que discretamente nesse momento, passa a ser um dos principais elementos da atuação do urbanismo nas cidades. “Educar” a população para entender as intervenções que se pretende implantar na cidade e para sua colaboração no funcionamento das propostas, através da instituição de um novo modo de usar os espaços urbanos é uma postura defendida e assumida pelos urbanistas dos século XX.

Bibliografia

- AGUIAR, W. e MELLO, J-O. A. 1989. *Uma cidade de quatro séculos. Evolução e roteiro*. João Pessoa, A União.
- ALMEIDA, M-C. F. 2006 *Espaços públicos de João Pessoa (1889-140) : Formas, usos e nomes*. São Carlos, EESC-USP (Dissertação de Mestrado)
- _____. 2011 “ Entre la rivière et la mer : l’influence du lac des Irerês dans le développement de la ville de João Pessoa » *Revue du Nord*, Lille, n°26, 2011, pp. 105-116.
- BEZERRA, A. 1922. “A Imprensa na Parahyba”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol.5, Imprensa oficial, pp 51- 56.
- BLAKE, A.V. A. S. 1895. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,. 3º vol.
- CLAUDE, V. 2006 *Faire la Ville : Les métiers de l’urbanisme au XXe siècle*. Marseille, Parenthèses.

- COM A INAUGURAÇÃO de importantes obras e serviços públicos, a Parahyba comemora hoje o 5o aniversário do Governo Argemiro de Figueiredo.1940. *A União*, n.º 19, 25 jan.
- CRUZ, J.-C. O. 1889. "Melhoramentos da capital da Parahyba". *Gazeta da Parahyba*, (jan/fev).
- DANÍZIO, P. 1925 "Cidade dos Jardins. Uma idéia". *Era Nova*, Parahyba, n. 78.
- JACQUEMENT, G. 1979. "Urbanisme parisien : la bataille du tout-à-l'égoût à la fin du XIXe siècle", *Revue d'histoire moderne et contemporaine* (Paris), tome 26, pp.505-548.
- MENEZES, J.-L. M. 1985. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife: Pool Editora.
- REIS FILHO, N. G. 1968 *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo : Liv. Pioneira e Ed. da Universidade.
- _____. 1999. "A Urbanização e o Urbanismo na Região das Minas". *Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo*, n. 30, FAU- USP.
- SERRONI, J.-C. 2002. *Teatros : uma memória do espaço cênico no Brasil*. São Paulo : Ed. Senac.
- TOPALOV, C. (dir.) 1999. *Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris, EHESS.